

CIMI-MS. DOURADOS	
FONTE: CORREIO DO ESTADO	
DATA: 18/11/93	PÁG. 07
CIDADE: CAMPO GRANDE UF: MS	

93

Acordo assegura o registro de índios

Os sete mil índios que trabalham nas destilarias de Mato Grosso do Sul terão direito a carteira assinada e todos os benefícios previdenciários a partir de primeiro de fevereiro. A decisão é fruto de um acordo inédito na história do Brasil que foi fechado ontem de manhã na sede da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Campo Grande durante reunião de representantes das nove empresas de álcool sediadas no Estado e membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Investição de Trabalho Escravo em Destilarias e Carvoarias.

Os termos para a adoção do registro foram firmados em um documento assinado por todos os participantes da reunião. Uma sub-comissão com cerca de cinco pessoas, abrangendo empresários, órgãos públicos e organizações não governamentais, foi criada para definir os critérios de adoção dos registros até a data limite de 31 de janeiro. "As empresas que não atenderem à determinação serão multadas e quando reincidentes terão a licença suspensa", afirmou o titular da DRT, Orlando Costa Leite.

Fim do "cabeçante"

A sub-comissão irá manter debates com os índios para eliminar obstáculos ligados à cultura das cinco tribos do Estado. Uma das diferenças diz respeito aos Guaranis. Atualmente, a Delegacia Regional de Amambai permite que os índios fiquem 45 dias fora das aldeias. Findo este período, eles devem retornar para regularizar a situação e então voltar ao trabalho.

O deslocamento de índios e a forma como será procedida a regularização do mercado de trabalho também deverão ser reformulados. A adoção de registros individuais irá extinguir com a figura do "cabeçante", o índio encarregado de arregimentar e transportar empregados para as destilarias

e que cobrava parte dos salários dos índios como honorários.

A obrigatoriedade de registros irá impedir que menores de 14 anos, índios ou brancos, sejam empregados nas destilarias onde o regime de trabalho abrange, em alguns casos, 12 horas diárias no corte de cana. Uma decisão neste sentido foi tomada no mês passado em Pernambuco pela 6ª Vara do Trabalho que deferiu uma liminar proibindo a presença de menores e mulheres nos canaviais.

Seguro desemprego

Cerca de 12 mil pessoas, incluindo índios, mulheres e menores, trabalham todos os anos nas destilarias de Mato Grosso do Sul durante a temporada que vai de março a setembro. Fora deste período, a maioria das pessoas fica desempregada e sem direito a benefícios previdenciários. A obrigação da carteira assinada irá fazer que os índios possam receber vantagens, como o seguro-desemprego.

Os representantes das destilarias concordaram com a decisão de registrar os funcionários porque estavam sendo pressionados pela DRT a cumprir a lei. No início do mês, a destilaria Debrasa foi multada em CR\$ 44 milhões por não registrar nenhum dos 1,3 mil índios que trabalhavam na empresa. Um representante das destilarias, José Pessoa, disse que não haverá problemas para registrar os índios, o que ele considerou como "um avanço".

De acordo com o titular da DRT, o acordo fechado ontem representou uma quebra do preconceito e do estigma social que sempre se abateu sobre as comunidades indígenas. O representante da Presidência da Funai que esteve presente a reunião de ontem, o advogado Milton Cintra de Paula, disse acreditar que a decisão poderá beneficiar a relação trabalhista dos índios de outros Estados brasileiros.